

Florbela Veiga Frade

AS COMUNIDADES SEFARDITAS
E A NAÇÃO PORTUGUESA DE ANTUÉRPIA

(Séculos XVI-XVII)



Edições Colibri

Índice

Prefácio.....	11
Agradecimentos.....	19
Introdução.....	21
Capítulo I A Quadratura do Círculo ou a Similitude Possível.....	27
1. A Sociedade em Mudança.....	27
1.1. Paradigmas e Teorizações do Real.....	27
1.2. Poder, Conflito e Cooperação.....	29
1.3. A Sociedade: Discriminação e Assimilação.....	35
1.4. Família e Sociedade Moderna: Duas Faces duma mesma Realidade.....	41
1.5. Mobilidade Social.....	47
2. A Identidade Sefardita.....	54
2.1. O Mito de Sefarad.....	55
2.2. Vivências Religiosas.....	58
2.3. Cripto-Judaísmo.....	65
2.4. Dualidade e Pluralidade.....	69
2.5. Características Étnicas e Culturais.....	74
3. A Emergência de Novo Modelo Económico.....	76
3.1. Complexo Histórico-Geográfico e Centros de Economia-Mundo.....	76
3.2. Redes Comerciais e Financeiras.....	77
3.3. Eixo Lisboa-Antuérpia.....	79
3.4. Conceito de Casa ou Sociedade.....	81
3.5. Grupos e Comunidades Mercantis.....	85
3.6. A Elite Mercantil e os Jogos de Poder.....	90
Capítulo II As Comunidades: Mercantis, Cristãs-Novas e/ou Sefarditas.....	99
1. A População Portuguesa e a Minoria Sefardita.....	99
1.1. População Portuguesa.....	102
1.2. A Legislação em Vigor.....	109
1.3. Perdões Gerais, Fintas e Autorizações Régias de Saída.....	117
1.4. Épocas de Prováveis Fluxos Emigratórios de Sefarditas.....	133

2. As Comunidades.....	134
2.1. Comunidade Mercantil de Lisboa e Ligações a outras Cidades	139
2.2. A Feitoria e a Nação Portuguesa de Antuérpia.....	148
2.3. Burgueses Portugueses em Antuérpia.....	158
2.4. A Nação Portuguesa de Antuérpia e sua Estrutura Interna.....	164
2.4.1. Períodos de Funcionamento da Feitoria e da Nação Portuguesa	173
2.5. A Perseguição por Motivos Religiosos e o Caso de Diogo Mendes.....	176
2.6. As Esnogas ou Casas de Culto.....	184
2.6.1. A Esnoga dos Cáceres.....	184
2.6.2. A Esnoga das Irmãs Veiga.....	186
2.6.3. Outras Esnogas e a da Langeniewstraat.....	187
3. Redes inter-comunitárias, filantropia e mecenato.....	189
3.1. As Redes de Auxílio aos mais Pobres	192
3.2. O Relacionamento com o Poder e o Apoio a Estudantes.....	201
3.3. O Mecenato da Nação Portuguesa em Antuérpia	204
3.3.1. Entrada do infante D. Filipe (1549).....	212
3.3.2. Entrada de Alexandre Farnese, Duque de Parma (1585).....	214
3.3.3. Entrada do Arquiduque Ernesto de Áustria (1594).....	215
3.3.4. Entrada do Arquiduque Alberto e Infanta Isabel (1599).....	221
Capítulo III Os Intervenientes	227
1. Elites Mercantis Sefarditas ligadas ao Eixo Lisboa-Antuérpia.....	227
1.1. Os Mendes de Brito	233
1.2. Os Mendes em Antuérpia	243
1.3. Os Ximenes, Veiga e Rodrigues de Évora.....	260
1.4. Os Teixeira/Faleiro	281
1.5 Os Azevedo e Paz.....	288
Conclusão	297
ANEXOS.....	305
Critérios de Transcrição de Documentos.....	305
I. Sentença de D. Henrique Anexa ao Processo de Fernão Lopes Lopes.....	307
II. Sentença de D. Filipe I Anexa ao Processo de Fernão Lopes Lopes	317
III. Carta de Cidadãos de Lisboa a Nuno Henriques e Henrique Nunes.....	323
IV. Autorizações de Saída do Reino e de Vendas de Bens.....	324

V. Cartas de Cidadão de Lisboa e Porto	331
VI. Cartas de Mercador Alemão	332
VII. Governadores dos Países Baixos (1530-1633).....	333
VIII. Feitores e Cônsules de Antuérpia	334
IX. Tesoureiros de Antuérpia	338
X. Secretários/Escrivães de Antuérpia.....	340
XI. “Marranos” Estabelecidos em Antuérpia (1540).....	341
XII. Burgueses de Antuérpia	341
XIII. Portugueses Presentes na Tomada de Posse dos Cônsules Nomeados pelo Rei (12/11/1553).....	344
XIV. Mercadores Notificados a Pagar Tributo das suas Mercadorias (18/9/1570)	345
XV. Lista Portugueses com Família em Antuérpia (1571).....	346
XVI. Portugueses Residentes em Antuérpia (23/2/1571).....	349
XVII. Lista dos Portugueses Estabelecidos em Antuérpia com Direito a Cerveja (3/11/1572)	350
XVIII. Lista dos Portugueses e Viúvas que Vivem em Antuérpia (23/2/1591)	352
XIX. Nação Portuguesa (1604).....	354
XX. Lista de Portugueses em Antuérpia (1611).....	355
XXI. Lista da Nação Portuguesa (s. d.)	357
XXII. Memória da Nação Portuguesa (s. d.)	357
XXIII. Lista de Portugueses (s. d.)	358
XXIV. Relação das Casas ou Famílias Portuguesas Incluindo Viúvas com os Mesmos Privilégios (1666)	358
XXV. Propriedades de Portugueses em Antuérpia.....	360
XXVI. Atitude dos Portugueses na Entrada do Príncipe Filipe em 1549 em Antuérpia Segundo Grapheus	363
XXVII. Atitude dos Portugueses na Entrada do Príncipe Filipe em 1549 em Antuérpia Segundo Calvete de Estrella	364
XXVIII. Número de Portugueses em Antuérpia (1525-1789).....	365

XXIX. Pedido de indemnização de Diogo Mendes a Manuel da Fonseca, mestre do navio Santiago que veio do Algarve com figo, por danos na mercadoria	366
XXX. Carta de Rui Mendes à Rainha D. Catarina	370
XXXI. Carta de António Faleiro a Luís Vaz Pimentel	371
XXXII. Trelado do Regimento e Poder que se deu ao Baillio d’Auge pera em Arramua Reçeber a Naçam dos Navios portugueses	372
XXXIII. Mercadores de Hamburgo e Correspondentes de Lisboa	374
XXXIV. Produtos Comerciados por cada Mercador	375
XXXV. Genealogia dos Mendes de Brito	381
XXXVI. Genealogia dos Mendes Benveniste, Henrique e Nunes.....	382
XXXVII. Genealogia de Rui Mendes.....	383
XXXVIII. Genealogia dos Ximenes, Rodrigues de Évora e Veiga	384
XXXIX. Genealogia dos Teixeira, Faleiro, Solis	385
XL. Genealogia dos Fernandes de Elvas, Rodrigues de Elvas, Angel.....	386
XLI. Genealogia dos Fernandes e Rodrigues Veiga.....	387
XLII. Genealogia dos Azevedo Paz.....	388
Siglas	391
Fontes e Bibliografia	393
Fontes	393
Fontes Manuscritas	393
Fontes Impressas e Digitais.....	397
Bibliografia.....	401
Obras de Referência Metodológica e Definição Teórica	401
Repertórios Bibliográficos e Documentais	403
Biografias, Genealogias e Relações de Nomes	403
Dicionários e Enciclopédias.....	404
Estudos e Bibliografia Geral	404
Índice de Ilustrações, Fotos e Gráficos	429
Índice de Quadros	429
Índice Remissivo	431

Prefácio

Esta obra de grande fôlego só se explica pelo longo percurso de pesquisa transcorrido por esta investigadora, cujo doutoramento em 2007 já foi um bom prenúncio. Nessa altura a nova doutora foi incentivada a continuar a sua pesquisa inédita, difícil, demorada e custosa, na medida em que parte das fontes estavam longe e de consulta árdua. Havia que prosseguir também a investigação em vários arquivos portugueses e obviamente cruzar uma enorme série de dados, para além de seguir toda uma bibliografia que ia saindo e constituiu um suporte precioso.

A ousadia e complexidade do projeto gerou dúvidas mas os mais próximos da autora, conhecendo as suas qualidades, sempre acreditamos que seria uma realidade, como é, de facto.

A tese de doutoramento foi a base, a pedra angular para esta obra onde a autora como investigadora demonstra bem ser culta, sagaz, meticulosa, perfeccionista.

Assim, é evidente que numa abordagem introdutória com o título original de “Quadratura do círculo ou a similitude possível”, se desenvolva de modo evolutivo toda uma conceptualização de noções, ideias, considerações, expressões, disposições, procedimentos ligados ao mundo inquisitorial, incluindo uma contextualização e uma profunda reflexão, pelo que permite elaborar um ponto da situação sobre todos estes temas.

São praticamente cem páginas essenciais, preparatórias, explicitantes, sob o ponto de vista pedagógico preciosas, tanto para quem vai introduzir-se num tema mais ou menos desconhecido, como para quem lhe é afim, pois logo baliza o modo como a autora se situa e, portanto, como vai tratar a temática proposta.

Desde a conceptualização e caracterização da sociedade de então, séculos XVI-XVII), onde trata de *Paradigmas e Teorização do Real, Poder, Conflito e Cooperação, A Sociedade: Discriminação e Assimilação, Família e Sociedade Moderna: Duas Faces duma Mesma Realidade Social e Mobilidade Social* até à conceptualização complexa da *Identidade Sefardita*, onde conceitos diversos se cruzam, os quais inseridos nos itens *O mito de Sefarad, Vivências Religiosas, Cripto-Judaísmo, Dualidade e Pluralidade, Características Étnicas e Culturais* permitem uma reflexão profunda, propiciando simultaneamente delinear a evolução histórica deste entendimento.

Daí, que, por exemplo, no campo das *Vivências Religiosas* acompanha-se o tema ao longo de um século, pelo que se tornam perceptíveis as mudanças

em quatro gerações, onde sobressai a carga da tradição e formação judaicas, uma educação religiosa que frequentemente por razões várias se vai diluindo e esboroando, pelo que no século XVII aparecem crescentes dúvidas relativas a rituais, orações e à própria crença, muitas das vezes já distante do estabelecido pelas autoridades rabínicas e próxima da “forma mentis” cristã.

Posto isto a autora debruçou-se sobre *A Emergência do Novo Modelo Económico*, incluindo os itens *Complexo Histórico-Geográfico e Centros de Economia-Mundo Redes Comerciais e Financeiras, Eixo Lisboa-Antuérpia, Conceito de Casa ou Sociedade, Grupos e Comunidades Mercantis e A Elite Mercantil e os Jogos de Poder*, onde se destaca um cuidado particular em refletir sobre o conceito e evolução de economia mundo, pelo que chama a atenção para o perigo de “considerar a existência de centros de economia-mundo pode conduzir a associações ligadas a raciocínios mitológicos em que cada sociedade se considera o centro do mundo e a sua principal cidade o umbigo do mundo.”¹

Daí, o sublinhar, por exemplo, o caso do Oriente em que Goa ou Malaca funcionavam como centros de economia-mundo pois a estas duas cidades chegavam produtos dos quatro cantos do globo. Assim, “do ponto de vista dos asiáticos a Europa era uma periferia.”

Crucial a advertência conceitual sobre a complexidade do termo “casa comercial e financeira”, variável com o tempo, começando por abranger todas as pessoas relacionadas entre si em termos familiares, clientelares e de parentela, ligados por laços de sangue, fidelidade e confiança.

Evolui também para “uma associação encabeçada por mercadores de média e grande importância” enquanto as denominadas firmas de empresários constituíam a nata da elite das cabeças dessas casas.

No entanto “a universalidade dos judeus e cristãos-novos garantia-lhes o acesso ao comércio mundial sem necessitar de outras estruturas a não ser a da sua própria casa comercial ou empresa intrinsecamente ligada à família, mas que contava com outras estruturas familiares unidas por laços de parentela e clientela.”²

À guisa de conclusão a autora refere que “(...) toda a hierarquização do grupo mercantil aponta para a sua diversidade e para a constatação de graus de importância tanto sob o ponto de vista social como económico que diferem de acordo com o percurso de vida e de todo um suporte familiar.”³

Aliás “(...) as elites sefarditas se regem por valores semelhantes a outras elites e que partilham áreas de interesse com as aristocracias. Todavia, possuem

¹ *As Comunidades Sefarditas e a Nação Portuguesa de Antuérpia (Séculos XVI-XVII)*, p.78.

² *Op. cit.*, p. 84.

³ *Op. cit.*, p. 90.

uma especificidade que se prende com a sua origem geográfica, a sua cultura e ainda com as suas convicções religiosas.”⁴

Passando ao âmago da obra depara-se-nos um manancial de informação extraordinário, pleno de ineditismo, fruto de uma miríade de dados provenientes das mais variadas fontes, que meticulosamente foram relacionados, encadeados, justapostos, inseridos em reflexões oportunas advindas da utilização duma bibliografia muito diversificada, completa, atualizada.

Assim, a partir da demografia relativa à população portuguesa e à minoria sefardita para os séculos XVI e XVII, ainda um beco sem saída, dadas as inúmeras omissões de dados e teses mais ou menos díspares, a autora após um ponto de situação justificadamente moderado, teve o cuidado de alertar o leitor para todo um acervo legislativo que ao longo do tempo foi determinando as condições de saída do país da minoria sefardita, fuga ou emigração. Neste caso as possibilidades de emigração facultadas por autorizações régias, fintas e perdões gerais foram sempre pagos principescamente a peso de ouro, por conseguinte houve que atender e ponderar os períodos de fluxos emigratórios e de fuga, com hipóteses mais ou menos quantitativas, mediante o cruzamento desses dados com os do estudo da evolução demográfica dessas comunidades na diáspora, nomeadamente em Antuérpia.

Excelente a abordagem das principais comunidades mercantis sefarditas ligadas à economia-mundo como Évora, Porto e sobretudo Lisboa, com ligações quer à rota do Cabo quer ao eixo Lisboa-Antuérpia.

Como refere a autora: “Por um lado, em Lisboa e Portugal assistia-se a um centralismo político a que se alia o ecumenismo católico; por outro lado, Antuérpia e a Flandres, ligadas ao mundo imperial dos Habsburgos, perseguem objetivos autonómicos e de defesa dos privilégios tradicionais onde coexiste em paz relativa alguma diversidade religiosa.”⁵

Por seu turno o eixo Lisboa-Madrid e Sevilha, em desenvolvimento a partir de 1590 e prolongando-se pelo século XVII permitiu a “proximidade dos mercadores em relação ao poder político era também importante caso se pretendesse o contrato de mercadorias do monopólio régio, como a pimenta; mas também o era para quem pretendesse arrendar ou contratar um qualquer serviço da Coroa que o Rei decidisse concessionar a particulares, como a recolha de impostos, tributos ou taxas.”⁶

O estudo da feitoria e da “nação portuguesa” de Antuérpia permite compreender a evolução progressiva dos burgueses portugueses que acompanham o desenvolvimento da cidade que se vai alargando em função do

⁴ *Op. cit.*, p. 98.

⁵ *Op. cit.*, p. 136.

⁶ *Op. cit.*, p. 138.

comércio, dando azo a um novo investimento e negócio, o imobiliário, novo foco de atração para os sefarditas.

A estrutura interna da “nação portuguesa” de Antuérpia, inicia-se ainda em pleno século XV com o Conselho da Cidade de Antuérpia a incentivar os sefarditas de Bruges a mudarem para Antuérpia mediante vários benefícios, que resultam logo em carta de privilégios e no ano seguinte na compra duma casa para o feitor de Portugal aí se estabelecer, a Casa de Portugal (*Huis van Portugal*).

Cria-se uma feitoria real com funções mistas de feitoria e consulado, portanto com feitor e cônsules que representaram a nação de Portugal até à invasão francesa, em 1794.

Por alvará régio em 1512 instituiu-se a Bolsa da Nação “resultado da contribuição de todos os naturais e vizinhos de Portugal que tinham de pagar um grosso por cada libra de mercadoria levada para a Flandres sob pena de serem processados pelos corregedores das comarcas onde pertencessem, podendo a execução ser feita sobre as suas fazendas. O dinheiro reunido destinava-se a fazer face a uma série de despesas e necessidades, nomeadamente à manutenção da capela, privilégios e socorro a mercadores e mareantes, entradas e festas dos príncipes. Mais tarde, serviu também para financiar um sepulcro; viagens de delegados da Nação em representação ou para defesa de interesses da mesma; ofertas de presentes a entidades; e para caridade, como as esmolas a pobres. Estes financiamentos, se mais dados não houvesse, bastariam para demonstrar a força económica e financeira da Nação Portuguesa e da sua feitoria em Antuérpia.”⁷

Essa projeção evidente também num grande incidente internacional, a prisão em 1532 do mercador Diogo Mendes, onde se contrapõem os poderes de D. João III e de Carlos V, a autonomia de Antuérpia e os privilégios da Nação Portuguesa.

Acusação gravíssima, crime de lesa-majestade, heresia, judaizar e ser privilegiado, pelo que os seus bens foram sequestrados e inventariados.

Feitor e cônsul portugueses com o apoio das nações estrangeiras, manifestaram-se contra os procedimentos da cidade, na medida em que os privilégios que usufruíam os mercadores, não permitia tal situação, pelo que pediam a libertação de Diogo Mendes e levantamento do arresto de bens.

D. João III interfere, pois o mercador geria mercadorias do monopólio régio, especialmente a pimenta, daí ter-se tocado em bens do monarca, que exigia a sua devolução.

O magistrado de Antuérpia invoca junto do Imperador os privilégios da cidade quanto ao foro civil e criminal, aduzindo que neste caso do foro eclesiástico também estava coberto.

⁷ *Op. cit.*, pp. 169-170.

O réu apresentou uma extensa defesa, destacando as qualidades de bom cristão. Estabeleceu-se uma caução de 50.000 ducados a ser satisfeita entre outros, pelo banqueiro Erasmo Schetz.

As nações estrangeiras atónitas com o perigo deste precedente, tanto mais que foram examinados os livros comerciais, sigilosos, tudo fizeram para apagar o incidente, até porque tanto quanto parece a questão podia ter sido movida pela concorrência, possivelmente pelos Függer, financiadores de Carlos V, que se viam obrigados a comprar pimenta a esta associação, para além de que a poderosa companhia de Diogo Mendes, na Flandres, os prejudicava.

Em Novembro de 1532 Carlos V escreve à rainha regente determinando que os mercadores que transacionavam especiarias do rei de Portugal não podiam responder perante a justiça do território imperial nem tomados os seus bens, pois se tratava do monopólio do rei, seu primo e cunhado. Seria uma afronta à aliança entre os dois com consequências funestas para ambos.

O confronto entre as esferas políticas continuou, com a reivindicação da autonomia de Antuérpia, incluindo a jurisdição de delitos religiosos e económicos, em detrimento dos tribunais de Bruxelas, ao mesmo tempo que as nações estrangeiras de mercadores insistiam em defender os seus privilégios.

Houve perseguições a mercadores portugueses cristãos-novos por motivos religiosos, a situação parecia fugir de controlo, pelo que Carlos V em 1540 e 1544 tenta pôr-lhe termo, exarando um édito onde proíbe a permanência de famílias de ascendência judaica nos Países Baixos, referindo-se diretamente em 1544 aos portugueses fugidos de Portugal.

É significativo o facto de entre 1570 e 1794 a Nação Portuguesa ter passado a usufruir de novos estatutos em que a Companhia de Jesus e a ordem de S. Francisco assumiam papéis de patrocínio, talvez para demonstrar, como aponta a autora, “que a esfera religiosa devia dominar e que os cristãos-novos se deviam acautelar ou se lhe deviam submeter.”⁸ No entanto, é precisamente nesta altura que as famílias sefarditas aumentam a sua importância no mundo dos negócios, chegando ao pico da elite mercantil.

A partir de 1589, segundo uma ordenança do duque de Parma, é permitido à Nação Portuguesa levar mercadorias para Antuérpia por via de Calais.

A par do êxito económico os sefarditas portugueses de Antuérpia sob o ponto de vista religioso cumpriam publicamente os seus deveres como católicos não obstante a sua religiosidade continuar questionável, suspeita mesmo, como se confirma pelo controlo religioso, pelas muitas posturas publicadas na cidade contra as heresias e pelas fontes inquisitoriais dos séculos XVI e XVII.

⁸ *Op. cit.*, p. 175.